

A TERCEIRA LIBERDADE": NOTAS SOBRE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JOÃO SURÁ/PR¹.

Andressa Lewandowski e Paulo Roberto Homem de Góes²

Resumo:

Entre janeiro e novembro de 2007 um convênio entre o INCRA e a UFPR delegou a uma equipe de antropólogos a função de elaborar uma série de estudos históricos e antropológicos referentes a comunidades quilombolas do Paraná. Entre as comunidades selecionadas esteve a de João Surá, localizada no alto vale do Ribeira, município de Adrianópolis. A presente reflexão pretende tecer algumas considerações sobre o contexto histórico da região para inserir uma reflexão sobre as formas através das quais a comunidade interagiu com o processo de elaboração do relatório técnico, atentando para os significados atribuídos, as apropriações e as expectativas geradas com estes estudos, assim como ponderar a efetividade dos estudos antropológicos no reconhecimento dos direitos territoriais, que hoje representam a garantia da própria possibilidade de existência da comunidade. É interessante pensar também quais as pessoas que ao longo do processo foram se tornando as mais autorizadas ou legítimas para "contar as histórias dos antigos" e acompanhar os pesquisadores, e o que essa nova posição dentro da comunidade significa para essas pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: LAUDO ANTROPLÓGICO; COMUNIDADES QUILOMBOLAS; VALE DO RIBEIRA;

Um breve contexto histórico do Vale do Ribeira:

Desde os primeiros anos do século XVI os portugueses já demonstraram interesse na ocupação das terras do vale do rio Ribeira. Dentre os objetivos expressos do colonialismo português constavam a defesa do território de invasões estrangeiras e a busca por outro e prata. De fato, a foz do rio Ribeira estava estrategicamente localizada na porção meridional da Capitania de São Vicente (concedida a Martin Afonso de Souza em 1532). Foi nestas terras que “*sugiram as primeiras notícias sobre a extração de minerais na então Terra Brasilis*” (LICARDO, A. 2004:42). Partindo das povoações litorâneas de Cananéia e Iguape, os colonizadores fundaram garimpos que mais tarde se transformariam em povoados e sedes municipais da região. Este foi o caso do município de Iporanga (distante cerca de 40 km da comunidade de João Surá) que, segundo os historiadores da região, surgiu do povoado criado pelo garimpo de Santo Antônio, instalado em 1576. A partir do século XVII outras

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / UFPR.

localidades surgiram com a presença de núcleos de povoamento relacionados aos garimpos, são estes: Apiaí, Ivaporanduva, Itaóca e Paranapanema ³.

A mineração ao longo do período colonial empregou em larga escala mão-de-obra escrava. Arruti (2003), em seu estudo sobre a comunidade quilombola Cangume - Itaóca /SP (distante menos de 35 km de João Surá), afirma que embora

“a maior concentração da população escrava tenha se dado em Iguape, ela acompanhou o avanço da exploração do ouro Ribeira acima. Desde o século XVII, portanto, acompanhando o ritmo irregular da exploração das fontes auríferas, houve entradas de trabalhadores negros escravos em direção ao Alto Vale do Ribeira, principais responsáveis pela formação da população da região” (ARRUTI, 2003:46).

A correspondência encaminhada por Manoel Aguiar (Iguape) para D. Rodrigo Cezar de Menezes (Governador de São Paulo), datada de 08/05/1722, ao notificar a prisão de criminosos, apresenta uma caracterização da população e a geografia local, ilustrando os aspectos analisados por Arruti. Diz ele:

(...) Alguns mandou ‘buscar aos Mattos, mas não pude mandar buscar os que estão pella Ribeira acima, 12 e 15 dias de viagem, em canoas’. (...) Entre os presos ‘vão mais 3 índios, duas índias com duas crias que andavam fugidos das aldeias, vay h’ua negra que trouxe furtada do caminho das minas’⁴

Estudos de demografia histórica registram uma elevada proporção da população negra (cativa ou liberta) na região (Valentin: 2006). Mesmo considerando que tais estudos analisam as dinâmicas populacionais do período que se iniciava no final do século XVIII, é possível reconhecer as dimensões da população negra na região do vale do rio Ribeira nos períodos anteriores. Com efeito, Valentin (2006) afirma que em Iguape, no ano de 1798, a população de cativos totalizava 937 indivíduos, ou 21,8% do total de habitantes.

A busca por ouro esteve, portanto, na base da colonização da região. Em 1678 foi fundada em Iguape a "Casa e Officina Real de Fundição do Ouro", por vezes citada na literatura como “Casa dos Quintos”. Além da fundição de ouro e cunhagem de moedas, esta casa contabilizava os “quintos” - impostos coletados sobre o ouro extraído. Embora as informações sobre os locais de extração e as quantidades de ouro extraído estejam concentradas nas documentações oficiais da “Casa dos Quintos”, muitas informações estão

³ “As primeiras ‘faíscas’ de ouro encontradas próximas a Paranaguá, Guaraqueçaba, Cananéia e Iguape estimularam o desbravamento do interior, chegando mesmo a proporcionar a criação de inúmeras vilas que até hoje existem e cujos nomes remontam às origens garimpeiras.” (LICARDO, A. 2004:43)

⁴ Arquivo do Estado (ARQUESTAD2) transcrito pela Dra. Débora Stucchi Antopóloga da PGR, arquivos do MOAB/Iporanga

dispersas nos registros historiográficos locais e na memória coletiva. Segundo a publicação “Iporanga: dados históricos” (disponibilizada pela Prefeitura Local) “[O] *Garimpo e Arraial de Santo Antônio persistiu por mais de um século e meio, sendo registrado no Livro dos Quintos Reais, o total de 618 arrobas de ouro dele extraídas*” (op.cit pg.03).

A especificidade da configuração geográfica desta região é reconhecida como um aspecto muito particular da ocupação territorial quilombola. O estudo intitulado “Negros do Ribeira: estudos étnicos e conquista do território” destaca que “[A] *região do rio Pardo, protegida pela presença de uma cadeia de serras e pelo grande número de perigosas cachoeiras, torna difícil o acesso de colonizadores e aventureiros que se estabeleceram como mineradores ao longo do rio Ribeira*” (Oliveira Jr., Stucchi, Chagas e Brasileiro, 2000: 61). A região do Alto e Médio Ribeira e seus afluentes, a partir de meados do século XIX, viu surgir vários centros de socialização e reprodução de populações negras e escravas providas de fazendas e minerações em Apiaí, Eldorado e principalmente Iporanga. A dificuldade de acesso a esta região montanhosa e de rios caudalosos, permitiu a estas populações se instalarem em território livre onde constituíram comunidades agrícolas que tiveram (em maior ou menor grau) inserção no sistema comercial baseado no tropeirismo. Cangume (Itaoca-SP), Bombas, Praia Grande, Porto Velho (Iporanga-SP) e São João (Adrianópolis-PR) são exemplos de comunidades próximas da comunidade de João Surá que já foram reconhecidas pelos órgãos competentes do Estado de São Paulo (ITESP) e Paraná (Grupo Clóvis Moura) enquanto remanescentes de quilombos.

O livro e a terceira liberdade:

“Em João Surá alguns moradores lembram que o trabalho de demarcação realizado pelo INCRA em meados da década de 1960, que supostamente regularizaria a situação fundiária dos comunitários, chegou a ser entendido como sendo a conquista da *2ª liberdade*. Ou seja, a importância daqueles processos administrativos, tão alheios à lógica comunitária, foi ali de tal maneira sobrevalorizada que se chegou a equipará-los com o próprio fim do cativo, a *1ª liberdade*, representado pela própria criação da comunidade. Aconteceu, no entanto, que estes processos de demarcação de posses individuais ocorriam paralelos à chegada de um emergente mercado de terras na região, cujos principais atores muitas vezes faziam uso da posição e conhecimento privilegiado que detinham dos processos legais para expropriar os comunitários” (Fernandes et. alli. 2007:95)

Localizada no lado paranaense do Alto Vale do Ribeira, a comunidade de João Surá integra uma rede de comunidades majoritariamente negras e rurais que, a partir da identificação prévia realizada por um grupo de trabalho inter-secretarial do Estado do Paraná,

começaram a se reconhecer como quilombolas. Amparadas pelo artigo 68 da Constituição Federal e pelo decreto 4887/03, algumas destas comunidades iniciaram o processo de organização de associações comunitárias e conquistaram a certificação da Fundação Palmares (Porto et. Alli. 2007:2), com o objetivo de assegurar direitos coletivos sobre a terra. No caso da comunidade de João Sura, esta certificação foi emitida em julho de 2006, pouco mais de um ano depois da criação da Associação de Moradores.

A partir dos dados etnográficos que nos foi possível levantar no período de pesquisa, em João Surá a criação da Associação representou a inserção de um novo espaço de agência política na forma da organização comunitária. Com a exigência de uma representatividade legal como pré-requisito para acesso das comunidades aos direitos e políticas públicas garantidos pela Constituição de 1988, surgiu a necessidade de se definir uma instância jurídica coletiva e por conseguinte um cargo de liderança (o presidente da Associação) legítimo sob os parâmetros do Estado para representar os interesses comunitários. A ocupação deste espaço político estratégico no atual contexto e o auto-reconhecimento enquanto quilombolas não se passa sem certas tensões inerentes ao papel do presidente da Associação, enquanto uma nova instância de representatividade política, dentro da comunidade. Sem desfrutar de salário e, portanto, tal como qualquer outro comunitário adulto vinculado com as práticas agrícolas para manutenção da subsistência de seu grupo familiar, o atual presidente ainda enfrenta, além de reuniões com agentes públicos, o desafio de consolidar uma posição que de certa forma ou outra centraliza atributos, em um contexto social regidos antes por hierarquias determinadas por relações de parentesco do que pelo reconhecimento um poder único.

Muito de seu sucesso neste processo de legitimação está relacionado à expectativa geral (mas não unânime) dos moradores em garantir o direito à terra em tempos excepcionalmente críticos quanto à reprodução física e social de João Surá. Dada a falta de terras cultiváveis, quase a totalidade dos jovens ou deixou a comunidade em busca de emprego, ou por uma ironia infeliz é forçada a trabalhar como bóia-fria nos plantios de pinus que atualmente ocupam as terras de seus ancestrais. Os dados de um censo elaborado pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura deixa visível a elevada média etária da comunidade e a dificuldade de reprodução social dada à baixa média de nascimentos (a média é de 3 filhos por casal).

	H	M
Mais de 60 anos	12	8
Mais de 18 anos	34	19
Entre 07 e 18 anos	17	11
Menos de 06 anos	08	05

(Fernandes 2007: 74)

Diante de um quadro de tamanha gravidade e que talvez jamais tenha sido enfrentado em seus 200 anos de história, a comunidade se vê forçada a mobilizar recursos e estratégias distintas, e mesmo transpor as tensões quanto à legitimidade do novo espaço de liderança a fim de assegurar o registro da tradicionalidade da ocupação da área de João Surá pelas mesmas famílias.

“Por isso a atual iniciativa do INCRA de abertura do processo de regularização fundiária cujo presente relatório é parte, já passa a ser entendida entre alguns membros da comunidade como constituindo a possibilidade de conquista da *3ª liberdade* (João Andrade, anotações de campo)”. (Fernandes et. alli. 2007: 98)

Sem grandes dificuldades pudemos, por vezes, alcançar através da memória do interlocutor, cinco ou até seis gerações ascendentes à sua, algo que chegava a remontar à década de 1830. Narrativas sobre o tempo da escravidão e da mineração também foram freqüentes, indicando uma possível matriz histórica que conecta a memória do surgimento da comunidade com a colonização (via extração de ouro). Interessante notar que no desenvolvimento do trabalho etnográfico muitas vezes fomos orientados pelos próprios comunitários sobre quem era mais indicado para tratar de determinado assunto, quem tinha maior memória genealógica, quem conhece os antigos locais de habitação, etc. O que nos indica que a própria comunidade tratou de identificar e classificar seus integrantes com o objetivo claramente político de luta pela titulação da terra, através da valorização de traços que os vinculem ao passado escravista da região. Se a lei exige que para ser contemplado enquanto sujeito de direito à titulação coletiva da terra, uma comunidade quilombola deve, como consta no artigo 2 do Decreto 4887, ter uma “ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, todas as comunidades negras do Vale do Ribeira se encontram em certa medida em posição privilegiada dada a antiguidade e o volume da ocupação de populações negras nesta região (tanto no lado paulista quanto no do paranaense, o Vale do Ribeira possui a maior concentração de comunidades quilombolas).

Para garantir sua sobrevivência a comunidade passava, a partir de seu reconhecimento como quilombola, a se “enquadrar” no que a própria comunidade, influenciada por diversos setores, pensava ser um quilombo. A estratégia passava então a ser: construir uma memória que os vinculasse ao “*tempo dos escravos*” e que mostrasse formas tradicionais de cultivo das terras. Para isso o próprio presidente da associação percorria as casas recolhendo histórias e documentos. Segundo dona Joana: “*Ele está na busca no nosso passado*”. Devido a esse esforço, aos poucos a comunidade construía uma narrativa “clara” de sua história. E, mesmo que nas primeiras conversas com a comunidade existisse o que João Mauricio Arruti (2006) chamou de “disputa com o silêncio”, o medo de lembrar deu a vez para o desejo de se “tornar quilombola”. Se no início do trabalho etnográfico as mulheres faziam um bolo cuja receita aprenderam com suas avós, agora essa mesma receita ganhava uma nova conotação: era a receita de um bolo que as escravas faziam para seus senhores nas fazendas da região. Com a possibilidade de regularização de suas terras a comunidade passou a valorizar aspectos de seu passado que em outros momentos não tinham motivo para se orgulhar, necessidades políticas contribuíram desta maneira para uma reconfiguração identitária que os aproxima de processos em que muitas comunidades da região (especialmente no lado paulista – ver anexo) também estão inseridas. O que fica claro é que não estamos falando de uma comunidade inventada, mas de uma comunidade que a partir de um momento político - que pode garantir sua sobrevivência - precisa pela primeira vez se organizar, precisa que os outros enxerguem uma comunidade quilombola, por mais que esse olhar seja muitas vezes estereotipado. As estratégias de memória da comunidade não são arbitrárias como às vezes pode parecer, há sempre um fundo de eventos históricos que sustentam tal movimento, ainda que emoldurados segundo significações engendradas pelo presente. Como afirma Arruti (2006), buscar direitos requer peregrinação e também um outro tipo de viagem, na qual outros especialistas se dedicam a percorrer os caminhos incertos do mosaico de lembranças emprestadas pelos indivíduos, famílias, espaços, calendários e rituais do grupo.

Em novembro de 2007 a comunidade fez uma festa para comemorar seus 200 anos. Nessa data estavam presentes representantes do governo do estado, de algumas ONGs que realizam projetos na região e representantes do INCRA. Para aproveitar a ocasião o relatório antropológico também foi entregue nessa mesma cerimônia. Apesar de um pouco desanimados (porque esperavam a presença do governador do estado do Paraná que não participou da celebração), a comunidade reuniu todos os moradores de João Surá e das comunidades vizinhas. No discurso que fez depois da entrega do relatório o presidente dizia: “*A luta vai ficar mais fácil, agora a gente sabe mesmo que somos quilombolas, tá aqui o livro pra provar. Toda a história dos negros está nesse livro. A nossa história*”. O relatório

antropológico se tornava assim não só mais um instrumento dentro do processo de titulação das terras, mas também uma parte fundamental no processo de “empoderamento” da comunidade, dizia o presidente no seu discurso: “*Agora a gente é importante, tem até livro falando da gente, da nossa vida*”. Depois do discurso todos queriam tirar fotos com o livro, mesmo que não soubessem ler folhavam o relatório procurando fotos e, quando não encontravam, logo vinham perguntar: *Mas vocês não tiraram foto minha? Porque não está no livro a minha foto?* Ou ainda quando não encontravam as histórias que tinham contado para os antropólogos também pediam para que a equipe incluísse na versão final. A posse do livro, como eles chamam o relatório, parece ser o atestado de que a comunidade tanto esperava para provarem para os vizinhos que “*a gente é mesmo quilombo*”. Acreditam que é a *terceira liberdade* que está a caminho.

Referências bibliográficas:

ARRUTI, José Maurício - MOCAMBO – Antropologia e História do processo de formação quilombola. EDUSC/ANPOCS. Bauru/São Paulo. 2006

FERNANDES, Ricardo Cid; LEWANDOWSKI, Andressa; GÓES, Paulo R. H.; SIMÃO, Ceusnei. 2007. *Relatório Antropológico da Comunidade de Remanescentes de Quilombo João Surá – Adrianópolis/PR*. INCRA

PORTO, Liliana ; KAISS, Carolina ; COFRE, Ingeborg. 2007. *Direitos Coletivos e a Construção de Identidade Quilombola a partir do Catolicismo Popular: O Caso da Comunidade de Água Morna - Paraná/Brasil*. In: XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, 2007, Buenos Aires. XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina, 2007.

Anexo I:

TABELA DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS /FUNDAÇÃO ITESP / 2007

Comunidades Reconhecidas (21); Tituladas (5). (comunidades com grifo em negrito pertencem ao Vale do Ribeira)

Comunidade	Município*	Área total (ha)	Nº Famílias	Ano de Reconheci-mento	Ano de Titulação (devolutas)
1.Ivaporunduva	Eldorado	2.754,36	70	1998	2003
2.Maria Rosa	Iporanga	3.375,66	20	1998	2001
3.Pedro Cubas	Eldorado	3.806,23	40	1998	2003
4.Pilões	Iporanga	6.222,30	51	1998	2001
5.São Pedro	Eldor./Ipor.	4.688,26	39	1998	2001
6.Cafundó	Salto de Pira	209,64	18	1999	-
7.Caçandoca	Ubatuba	890,00	19	2000	-
8.Jaó	Itapeva	165,77	53	2000	-
9.André Lopes	Eldorado	3.200,16	76	2001	-
10.Nhunguara	Eldo/Ipora	8.100,98	91	2001	-
11.Sapatu	Eldorado	3.711,62	82	2001	-
12.Galvão	Eldora/Ipora	2.234,34	29	2001	-
13.Mandira	Cananéia	2.054,65	16	2002	-
14.Praia Grande	Iporanga	1.584,83	26	2002	-
15.Porto Velho	Iporanga	941,00	09	2003	-
16.Pedro Cubas de Cima	Eldorado	6.875,22	22	2003	-
17.Capivari	Capivari	6,93	17	2004	-
18.Brotas	Itatiba	12,48	32	2004	-
19.Cangume	Itaóca	724,60	33	2004	-
20. Camburi	Ubatuba	972,36	39	2005	-
21. Morro Seco	Iguape	164,69	47	2006	-

Comunidades indicadas para o Reconhecimento ** dados aproximados

Comunidade	Município*	Famílias**
22. Biguazinho	Miracatu	09
23. Bombas	Iporanga	16

24. Piraporinha	Salto de Pirapora	50
25. Poça	Eldorado	44
26. Terra Seca/Ribeirão Grande	Barra do Turvo	73
27. Fazenda da Caixa	Ubatuba	
28. Boa Esperança	Eldorado	
29. Os Camargo	Votorantin	05
30. Fazendinha Pilar	Pilar do Sul	30
31. Fazendinha dos Pretos	Salto de Pirapora	50
		70
32. Carmo	São Roque	
33. Abobral	Eldorado	08
34. Castelhanos	Iporanga	60
35. Bananal Pequeno	Eldorado	
36. Reginaldo	Barra do Turvo	40
37. Cedro	Barra do Turvo	20
38. Chácara dos Pretos	Rio claro	
39. Jaú	Jaú	
40. Tamandaré	Guaratinguetá	
41. Cazanga	Ubatuba	
43. Bairro Peroava	Registro	15
44. Poço Grande	Iporanga	
45. Anta Magra	Barra do Chapéu	
46. Tocos	Barra do Chapéu	

Terras Com Processo de Titulação em Andamento

Comunidades	Município	Nº de famílias	Situação
André Lopes	Eldorado	76	Reconhecimento concluído
Nhunguara	Eldorado/Iporanga	91	Reconhecimento concluído
Sapatu	Eldorado	82	Reconhecimento concluído
Galvão	Eldorado/Iporanga	29	Reconhecimento concluído
Mandira	Cananéia	16	Reconhecimento concluído
Praia Grande	Iporanga	26	Reconhecimento concluído
Porto Velho	Iporanga	09	Reconhecimento concluído
Pedro Cubas de Cima	Eldorado	22	Reconhecimento concluído
Cangume	Itaóca	37	Reconhecimento iniciado
Morro Seco	Iguape	47	Reconhecimento iniciado
Biguazinho	Miracatú	09	Reconhecimento iniciado
Bombas	Iporanga	17	Reconhecimento iniciado

Terras tituladas

Comunidades	Município	Nº de famílias	Área total (ha)	Área já titulada (ha)	% do território já titulado	Ano
Ivaporunduva	Eldorado	70	2.754,36	672,28	24,4%	2003
Maria Rosa	Iporanga	20	3.375,66	3.375,66	100%	2001
Pedro Cubas	Eldorado	40	3.806,23	2.449,39	64,4%	2003
Pilões	Iporanga	51	6.222,30	5.925,99	95,2%	2001
São Pedro	Eldorado/ Iporanga	39	4.688,26	4.558,20	97,2%	2001